
HÁ UMA NECESSIDADE DE ATRIBUIR GÊNERO AO PASSADO?*



DENISE PAHL SCHAAN**

Resumo: *este artigo discute e identifica como arqueólogos podem ter atribuído gênero ao passado de maneiras não intencionais e produzido versões de relações sociais que, ao buscar relações de gênero antagônicas, projetaram nossos próprios desejos (feministas) de igualdade, autonomia e agência em sociedades do passado. Propõe-se que um reconhecimento adequado das diferentes dimensões de gênero pode nos ajudar a diferenciar entendimentos culturais de gênero e o uso ideológico das categorias de gênero para estabelecer relações sociais hierárquicas.*

Palavras-chave: *Arqueologia. Ideologia. Diferenças Culturais.*

Revisando a literatura feminista sobre arqueologia, percebi o quão difícil é resumir e discutir o estudo arqueológico de gênero de uma forma abrangente e analítica. A razão para isso é a existência de uma variedade de abordagens e compreensões para o que exatamente é a agenda de estudos de gênero, assim como o que constitui uma abordagem feminista para a construção do conhecimento arqueológico. Embora tenha havido uma série de conferências, volumes publicados e periódicos dedicados à discussão de pesquisas sobre gênero, parece que as críticas feministas da investigação sobre o gênero (BALME, BECK, 1993; BRUMFIEL, 1992; CONKEY, 1993; CONKEY, GERO

* Recebido em: 18.10.2018. Aprovado em: 21.01.2018. Esse artigo foi publicado em 2006, no livro *Gender and the Local-Global Nexus: Theory, Research, and Action* (Advances in Gender Research Volume 10), editado por Vasiliki Demos e Marcia Texler Segal, sob o título "Is there a need to (un)gender the past?". Apesar da bibliografia não estar atualizada, sinto que as discussões que o artigo traz ainda são relevantes para a pesquisa arqueológica sobre o gênero.

** Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Antropologia.

1997; CONKEY, WILLIAMS, 1991; GERO, 1996; HODDER, 1997; WYLIE, 1993) tiveram pouco efeito sobre a maior parte desses trabalhos. Desde 1984, quando Conkey e Spector, em seu artigo seminal, chamaram para uma integração feminista dos estudos de gênero em um campo que tinha sido largamente dominado por um viés ocidental, androcêntrico, os arqueólogos têm incorporado (ou não) críticas feministas de maneiras diferentes, produzindo um *corpus* muito diversificado de pesquisas.

Ao revisar esta arqueologia inovadora, achei útil distinguir entre “arqueologia de gênero” e “arqueologia feminista” (CONKEY; GERO 1997). *Arqueologia de gênero* é representada pela investigação voltada para a identificação de gênero no passado e a visibilidade feminina. *Arqueologia feminista*, por outro lado, está representada principalmente por abordagens teóricas destinadas a criticar a abordagem científica ocidental, e uma ênfase na “necessidade de situar a pesquisa de gênero dentro de uma estrutura explicitamente feminista” (CONKEY; GERO 1997, p. 411). Feministas também tem questionado se é apropriado enquadrar a pesquisa com base em gênero, dessa forma, assumindo gênero em vez de investigá-lo (CONKEY, 1993). Além disso, ambos os pressupostos de que o sexo biológico pode ser avaliado de forma independente dos valores culturais e que o gênero é sempre útil para a compreensão das sociedades passadas estiveram sob escrutínio (HODDER, 1997).

Dentro das abordagens de gênero e feminismo, diferentes estudos foram publicados, e, embora eles tenham se concentrado em questões semelhantes (por exemplo, divisão do trabalho, ideologia, uso do espaço, participação em rituais e cerimônias, exercício do poder, e assim por diante), os mesmos têm produzido diferentes visões e explicações para o comportamento social do passado. Decorrente, em parte, da dificuldade em traduzir a teoria feminista para a prática arqueológica, as diferenças entre estas duas abordagens nem sempre são claras. Alguns autores chegaram a descrevê-las como irreconciliáveis. Roberts (1993, p. 20) observa que “talvez nós tenhamos que separar o uso da teoria feminista para tratar de questões de gênero no passado e o uso da teoria feminista para refletir sobre a construção do conhecimento arqueológico”. Sua declaração revela o caráter multifacetado dos estudos feministas.

Na arqueologia, o pensamento feminista não foi unidirecional, mas tem evoluído de formas paralelas. Tudo começou com uma crítica ao viés androcêntrico, respondeu-se a essa tendência encontrando mulheres no passado e, finalmente, voltou-se para questionar a prática de inserir mulheres no passado (JOYCE, CLAASSEN, 1997, p. 2; WYLIE 1991). Nem todas as pesquisas, no entanto, atingiram o terceiro nível.

Este artigo volta-se para a identificação e discussão das maneiras pelas quais temos atribuído gênero ao passado de forma não intencional ao procurarmos pelas mulheres nas relações antagônicas de gênero e projetarmos nossos próprios desejos (feministas) de igualdade, autonomia e agência em sociedades do passado, distorcendo, assim, as realidades passadas. Acredito que o problema decorre principalmente de: (1) a fluidez do gênero como tem sido conceituada, o que torna difícil de interpretar suas manifestações no registro arqueológico; (2) a confusão entre as construções culturais de papéis de gênero e identidades com o uso social e político desses papéis e identidades para estabelecer relações de opressão e hierárquicas; e (3) a falha em reconhecer que as relações sociais são permeadas por valores que estabelecem vários níveis de hierarquia, presentes mesmo em sociedades de pequena escala. Ideias ocidentais relativas à agência, à igualdade e ao individualismo têm saturado as pesquisas arqueológicas, projetando sobre o passado nossas ansiedades e ideais referentes ao relacionamento entre indivíduos e sociedade, e gerando um entendimento equivocados do passado.

GÊNERO E HIERARQUIAS SOCIAIS

Devido à separação ocidental das ciências sociais em disciplinas distintas, sociólogos definem o gênero como uma construção social, enquanto antropólogos o definem como a construção cultural das diferenças sexuais. Estas conceituações não refletem simplesmente diferentes pontos de vista sobre o mesmo fato observável, mas acredito que essas concepções revelam dois fenômenos distintos.

Sexo como uma construção *cultural* pode ser entendido como a forma como uma determinada cultura faz sentido das diferenças sexuais biológicas. Refere-se a um número limitado de categorias de pessoas (em geral masculinas e femininas, mas ver Roscoe (1991) para um exemplo de terceiro gênero) como distintivo em seus papéis e identidades sociais, abrangendo a forma como uma pessoa deve se vestir, se comportar, falar, fazer uso da sexualidade, se envolver em atividades de subsistência, interagir economicamente, e assim por diante. Estes aspectos, obviamente, variam de cultura para cultura e, a partir de um ponto de vista antropológico, comparar uma cultura à outra é ilustrativo da variabilidade de comportamento humano.

Pesquisar os papéis de gênero e identidades dentro de outras culturas desafia o etnocentrismo, e nos leva a refletir sobre nossos próprios valores e comportamentos culturais. Este é o tipo de estudo que tem caracterizado a maior parte da literatura sobre o gênero, que vou chamar (segundo Joyce e depois Claassen, 1997) *de estudos womanísticos*. Embora focando principalmente em mulheres, a pesquisa mostrou a possibilidade de localizar as mulheres (e, ocasionalmente, homens, crianças e idosos) no passado, enfatizando a variabilidade intercultural e desafiando pressupostos comuns de papéis de gênero como naturais e associados a características sexuais específicas (BRUMBACH, JARVENPA, 1997; CLAASSEN, 1997; CLAASSEN, JOYCE, 1997; COSTIN, 1996; CROWN, 2000B; DEREVENSKI, 2000; MOORE, SCOTT, 1997). Esta pesquisa é importante para mostrar como o gênero difere do sexo, uma vez que as variações interculturais em papéis de gênero nem sempre seguem variação nas características sexuais. Alguns estudiosos têm, de fato, questionado a dicotomia macho/fêmea, discutindo evidências para outros gêneros (HOLLIMON, 1997), além de explorar aspectos do comportamento homossexual (CASELLA, 2000).

Gênero como uma construção *social*, por outro lado, refere-se à maneira como as ideologias de gênero (construídos a partir de entendimentos culturais de gênero) são usados para estabelecer relações hierárquicas e assimétricas de gênero. Gênero, como um aspecto de hierarquias sociais, não faz muito sentido fora de configurações hierárquicas e hegemônicas. Quando duas ou mais categorias de pessoas desfrutam de acesso diferenciado, direitos diferenciais e tratamento diferenciado exclusivamente com base em seu gênero, a existência de uma hierarquia explícita entre elas pode ser identificada. Quando a hierarquia é constantemente criada em favor de um gênero - geralmente do sexo masculino - um padrão claro de dominação de gênero é estabelecido e é provável que permeie todas as instâncias da vida social.

Curiosamente, hierarquias de gênero tendem a ser mais visíveis nas sociedades onde os ideais igualitários são predominantes. Por exemplo, em sociedades de parentesco ou de classe, hierarquias de gênero, se existirem, estão subordinadas aos princípios genealógicos ou econômicos. Neste sentido, as mulheres de elite podem desfrutar de status elevado, poder e liberdade, e os homens pobres estão subordinados a elas na escala hierárquica.

Como reação a concepções essencialistas de mulheres e homens como categorias bem delimitadas, estudiosos têm enfatizado que as relações de gênero são permeadas por outras variáveis, como idade, classe, raça e facção. Na verdade, existem estudos que mostram que em algumas sociedades, idade e parentesco são mais importantes que gênero na definição do seu papel e identidade, bem como na definição de hierarquia (ver, por exemplo, Descola (2001); Fisher (2001); Oyewumi (1997)). Os mesmos estudos, porém, mostram situações em que certos grupos de mulheres não têm agências claras. Podemos conceber inexistência de hierarquias de gênero em contextos onde algumas mulheres não têm agência? Como podemos enquadrar uma análise de gênero em contextos onde as relações hierárquicas permeiam muitos casos diferentes da vida social, superando as diferenças de gênero? Como podemos lidar com o fato de que a população feminina é dividida em muitas outras categorias, tornando o gênero difuso? Reconhecer a complexidade dos papéis de gênero e relações de gênero não deve nos levar a diluir a nossa investigação com um grande número de variáveis contingentes de modo que nos impede de realizar uma análise clara. Há uma necessidade de enquadrar gênero de uma forma analiticamente viável e teoricamente consistente.

Minha intenção em separar o gênero como uma construção cultural (como papéis e identidade) de gênero como um fenômeno social (uso da ideologia de gênero para estabelecer hierarquia social) está relacionada com a necessidade de determinar quando (e como) hierarquia e preconceito são estabelecidos com base no gênero. Esta intenção pode encontrar paralelos na chamada de Wallerstein (2003) para a reconciliação entre estrutura e história, revitalizando uma perspectiva que é bastante peculiar à arqueologia. Isto nos permitirá (1) povoar o passado com homens, mulheres e outros gêneros que são tão diferentes de nós como refletem as muitas culturas existentes; e (2) localizar no passado, quando e como o gênero foi usado para definir e reforçar as relações hierárquicas assimétricas, e, especialmente, as condições necessárias para o surgimento de hierarquias de gênero e sua manipulação política. Arqueologia tem muito a contribuir ao apresentar evidências para dinâmicas históricas e culturais de hierarquias de gênero.

A fim de separar os papéis de gênero e identidades de hierarquias de gênero, devemos conceber a divisão do trabalho como parte de uma compreensão cultural, que não é estática, mas dinâmica, dos papéis de gênero. Portanto, os papéis de gênero podem ser usados para estabelecer a hierarquia, em situações particulares, em que pertencer a uma determinada categoria de gênero (ou, inversamente, que não pertencem às aceitáveis) será razão suficiente para a discriminação na forma de menor remuneração, falta de respeito, baixa renda, bem como acesso restrito (falta de poder de Foucault) aos serviços, bens, lugares e posições. Isto pode assumir a forma de discriminação de um grupo ou de um indivíduo. Uma vez que essa discriminação é histórica, ela tem de ser localizada dentro de um processo histórico, para, assim, desnaturalizar suas origens.

Um Olhar sobre a Literatura de Gênero

Pesquisas de gênero são bem representadas por uma série de volumes editados que mostram o engajamento de diversos arqueólogos (principalmente americanos e mulheres) na procura de gênero como uma forma de esclarecer nossa compreensão das relações sociais no passado bem como reescrever a pré-história dentro de uma perspectiva feminina¹. Dentro destas coleções, há uma grande variedade de abordagens, que

representam mais a variabilidade existente do que algum tipo de compreensão coletiva da arqueologia feminista. Crown (2000a, p. 22), por exemplo, admite que, apesar da crescente literatura sobre gênero em arqueologia “não existe uma noção única sobre o que estamos tentando obter a partir desta pesquisa ou como devemos fazê-lo”.

A maioria dos trabalhos concordam que há uma necessidade de se discutir gênero, porque quando gênero não é abordado explicitamente, o senso comum leva à presunção de que homens eram os indivíduos que realizavam ações importantes (CONKEY, SPECTOR, 1984; GERO, 1988). Por exemplo, Joyce e Claassen (1997, p. 8), apontam que os artigos publicados sob o título “As mulheres na pré-história” representam um “desafio metodológico e interpretativo a suposições convencionais”. A diversidade de assuntos discutidos nas publicações mostra como de forma rápida e séria arqueólogas se desafiaram a projetar novos olhares sobre velhos problemas (ver Claassen (1997), para uma revisão do trabalho pré-1994)

Os artigos da coleção Gênero e Arqueologia, por exemplo, destinaram-se a demonstrar as muitas maneiras em que as pesquisadoras mudaram as agendas da arqueologia (WRIGHT, 1996), revendo as questões de gênero no passado e introduzindo novas perguntas. De acordo com Wright (1996, p. 3), a principal premissa do livro é a existência de muitas arqueologias de gênero, não uma única abordagem. De fato, ao discutir tecnologias, produção (R. WRIGHT, 1996), Costin (1996) e representações (BRUMFIEL, 1996; JOYCE, 1996), os artigos mostram como uma perspectiva de gênero pode ser aplicada a diferentes tipos de pesquisa, proporcionando novas explicações interessantes para antigos problemas. Um capítulo sobre a prática da arqueologia na sala de aula e no campo mostra também uma preocupação em criticar o viés da profissão (GERO, 1996; ROMANOWICZ, WRIGHT, 1996).

Nas zonas mais bem conhecidas do ponto de vista arqueológico, a introdução de gênero não parece representar uma ameaça para a compreensão convencional, e o gênero tem sido incorporado como uma outra dimensão da análise. Por exemplo, no volume intitulado “Mulheres e Homens no Sudoeste Prehispânico”, o editor declara que, uma vez que já havia uma boa síntese nessa área, um olhar mais atento à divisão sexual do trabalho poderia levar a uma avaliação dos efeitos que as mudanças demográficas e econômicas tiveram sobre a vida das mulheres e homens, especificamente sobre “suas tarefas, saúde, prestígio e poder dentro da comunidade” (CROWN, 2000a, p. 5). No volume, os autores estão preocupados com a divisão sexual do trabalho e da “presença de hierarquias de gênero ou assimetrias de gênero” (CROWN, 2000a, p. 24). Aqui, os autores estudam sociedades de médio alcance - sobretudo vilarejos individuais - e eles aproveitam a oportunidade para fazer comparações entre diferentes culturas. Embora a inclusão de homens na análise seja bem-vinda, uma série de problemas surgem a partir do foco em mulheres e homens como categorias bem delimitadas. Primeiro, as mulheres e os homens são vistos como categorias distintas que têm interesses distintos (às vezes complementares, às vezes divergentes). Em segundo lugar, conceitos como prestígio, poder, status, hierarquias de gênero e negociação de gênero são usados sem critério e associações simples entre recursos arqueológicos, estado e sexo são desenhados livremente.

Seguindo outro caminho, “Manifestando Poder” representa uma coleção de artigos que incidem sobre a relação entre poder e gênero. No entanto, em vez de problematizar essa relação, os artigos empregam diferentes concepções de poder, muitas vezes inter-relacionando conceitos de poder com status e autonomia econômica. Sweely (1999, p. 11), por exemplo, define o poder como “a capacidade dos indivíduos de

perseguir objetivos”, com foco na capacidade individual para negociar poder nas relações sociais. Na verdade, ela concebe poder como dependendo de situações cotidianas e “fora de um quadro hierárquico, determinado pela dominância” (SWEELY, 1999, p. 1). Como a maioria dos artigos está voltada para a desmistificação da dicotomia público-privado, eles tendem a demonstrar que a divisão convencional do trabalho, quando existiu, não levou a relações desiguais. Neste sentido, há uma agenda implícita de retratar um passado em que as mulheres, mesmo quando ligadas à esfera doméstica, teriam poder e prestígio. O problema presente em muitas análises deriva de uma crítica feminista da abordagem arqueológica à divisão sexual do trabalho. Conkey e Spector (1984) apontam que a arqueologia tinha tradicionalmente presumido que atividades passadas foram altamente dominadas pelo gênero e que as atividades do gênero masculino foram mais valorizadas do que as do gênero feminino. Arqueólogas, em seguida, tentaram “corrigir” o passado, mostrando que, embora a divisão do trabalho foi de gênero, não implicam valores assimétricos. Como resultado, feministas projetaram o presente sobre o passado (BALME; BECK, 1993).

Uma das razões pelas quais a análise das atividades de gênero tem sido um dos caminhos favoritos para investigação arqueológica de gênero, é o fato de que artefatos (o material remanescente de atividades antigas) são altamente visíveis no registro arqueológico. Neste sentido, arqueólogas feministas começaram a explorar a relação entre as atividades desempenhadas e o gênero, visando não só localizar as mulheres no espaço produtivo, mas, também, avaliar a importância social e econômica das atividades das mulheres para a reprodução social. No entanto, a menos que a pesquisa seja teórica e metodologicamente consistente, há uma série de problemas com esse tipo de abordagem. Conkey e Spector (1984), por exemplo, chamaram a atenção para o fato de que enquanto a divisão sexual do trabalho pode se referir à associação cultural de um gênero específico com uma determinada tarefa, isto não exclui a possibilidade da tarefa ser executada por outro gênero. Pode ser difícil demonstrar a relação entre gênero e atividade sem depender de algum tipo de analogia etnográfica. Além disso, gerar conclusões sobre as relações de gênero com base na divisão do trabalho requer a consideração de uma variedade de fatores sob uma perspectiva histórica. Enquanto o aspecto da divisão de gênero está relacionado às tradições culturais, à situação relativa e a importância econômica da atividade desempenhada é determinada por processos históricos e sociopolíticos.

Como um exemplo, Hegmon *et al.* (2000), no estudo da organização do espaço e atividades de gênero, afirma que “grupos de trabalho, particularmente são culturalmente reconhecidos com espaços definidos por sua arquitetura, podem ser uma importante fonte de poder. Ao mesmo tempo, algumas mulheres dentro dos grupos de trabalho podem estar sujeitas à supervisão de outras mulheres; assim, embora grupos de trabalho podem ser fontes de poder, também podem impor limites à autonomia de um indivíduo” (HEGMON *et al.*, 2000, p. 49). É evidente aqui e em outros capítulos do livro (*Mulheres e Homens no Sudoeste Prehispânico*) que a divisão sexual do trabalho está associada aos níveis de prestígio, poder e *status* que os autores definem, usando apenas seus próprios critérios. Na verdade, é possível que em muitas sociedades o trabalho feminino tenha sido reconhecido como crítico e como uma fonte de *status*, mas isso é algo que tem de ser demonstrado em vez de suposto.

Em um artigo sugestivamente intitulado *Trabalho, Espaço e Status das Mulheres*, Hendon (1997) discute a divisão sexual do trabalho em um local ocupado pela

elite Maia em Copán, Honduras. Raciocinando a partir de iconografias como a exibida nas estatuetas e cerâmicas, Hendon conclui que a divisão social do trabalho foi em grande parte de gênero, pois as mulheres são retratadas “fiando, fazendo tecelagem, moendo milho e servindo alimentos, enquanto os homens são mostrados caçando ou vestidos como guerreiros” (HENDON, 1997, p. 37). Embora os homens pareçam ser as figuras principais na performance ritual, a autora aponta que as mulheres estão claramente em posições culturalmente e economicamente importantes. Elas fornecem os itens materiais necessários para os rituais (como os têxteis e alimentos). A divisão do trabalho levou a uma divisão do espaço para o trabalho, mas não causaram segregação no espaço mortuário, onde os adultos de ambos os sexos e crianças foram enterrados juntos. Hendon conclui que as diferenças entre os gêneros como retratadas em suas atividades não levou a diferenças de prestígio e *status*. A ênfase em diferentes tipos de trabalho revela a complementaridade entre os gêneros e “fontes paralelas de poder político e social para homens e mulheres” (HEGMON, p. 45). Hendon explica que a concorrência entre elites levou à necessidade de criar demonstrações de poder em que as mulheres e os homens trabalhassem juntos (desenvolvimento de tarefas complementares), a fim de garantir a reprodução do sistema social.

Sem perceber, Hendon mostra que, desde que o objetivo foi o de promover a coesão social e estabilidade, o gênero não era na verdade uma forma de discriminação contra um grupo específico. Consequentemente, sua conclusão final - que o controle sobre a produção têxtil foi possivelmente uma fonte de poder e riqueza que levaria as mulheres a “agir de forma independente dos homens” (HENDON, 1997, p. 45) - não faz sentido dentro de grupos sociais que não segregam as pessoas em função de gênero e onde as metas são coletivas ao invés de segregadas por facções. O artigo de Hendon é um exemplo de como as tarefas divididas por gênero podem levar arqueólogos usar o gênero como categoria social na compreensão de uma sociedade em que o gênero não é um princípio organizador importante da hierarquia.

Há muitos casos em que o problema da “divisão do trabalho” é enquadrado de uma forma bastante interessante e esclarecedora. Brumbach e Jarvenpa (1997), por exemplo, questionam os paradigmas “Homem, o Caçador” e “Mulheres, as Coletoras”, em que há uma divisão tradicional e universal do trabalho baseada principalmente na capacidade e força dos homens para a caça, e na imobilidade das mulheres causada por gravidez e criação de filhos². Ao fazer uma pesquisa etnoarqueológica em uma comunidade Chipewyan, os autores descobriram que as mulheres participaram de caça tanto quanto os homens, mas que elas tendiam a caçar pequenos animais a uma curta distância da casa, enquanto os homens passavam mais tempo à procura de grandes animais longe da aldeia. Como consequência, as atividades de caça dos homens e das mulheres criariam diferentes registros arqueológicos: o descarte de carcaças e ferramentas pertencentes a mulheres foram encontrados mais perto de casa, e os locais de abate dos homens seriam localizados mais longe, tornando-os mais difíceis de reconhecer arqueologicamente. Outra pesquisa mostrou também que a importância econômica e as consequências da caça para a divisão do trabalho são mais complexas do que comumente se presume; e que a incorporação de uma perspectiva do gênero facilita a compreensão desta complexidade (BALME, BECK, 1993; KENT, 1998; SASSAMAN, 1992; SZUTER, 2000).

Em geral, há muito a ganhar quando a pesquisa está enquadrada em uma perspectiva cronológica (por exemplo, demonstrando como condições históricas parti-

culares afetaram especialmente o trabalho das mulheres). Um caso em questão é o estudo de Brumfield (1991) de como o advento do reino Asteca no México afetou a carga de trabalho das mulheres e a organização da produção. Ela contrasta o imaginário iconográfico (mulheres que cozinham e tecem) com evidências de produção especializadas entre os sítios. Ela descobriu que, embora a ideologia dominante tenha colocado muita ênfase sobre as mulheres produtoras de tecidos e comida dentro do agregado familiar, a realidade era que não havia especialização de tarefas e as mulheres estavam, na verdade, trabalhando para o mercado em oficinas comunais. O registro arqueológico mostra que, com a ascensão do Estado Asteca, mudanças importantes foram impostas sobre a mobilidade e carga de trabalho das mulheres, que não foram nem transmitidas na iconografia nem documentadas por fontes etnohistóricas.

ARQUEOLOGIA FEMINISTA

A crítica feminista na arqueologia teve, no seu início, um grande impacto sobre o trabalho de várias arqueólogas que começaram a questionar seu próprio viés masculino na produção de conhecimento. Isso gerou uma busca por mulheres no passado, de modo que projetos de pesquisa começaram a incorporar um componente de gênero. Como muitos autores têm apontado, apenas perguntar sobre as mulheres implica questionar as suposições mais comuns da estrutura que tinham sido utilizadas (WYLIE, 1993). Pode-se dizer, no entanto, que poucos destes trabalhos têm gerado novas abordagens teóricas (BALME; BECK, 1993, p. 70), uma vez que foram produzidos apenas pelo reenquadramento de problemas de pesquisa.

Em muitos casos, a pesquisa sobre gênero se distanciou da crítica feminista. A abordagem feminista para a arqueologia hoje tem envolvido uma crítica da maneira pela qual arqueólogos praticam a ciência, como eles fazem pesquisa (teórica e empiricamente), como eles interpretam os resultados, e como os resultados são apresentados (CONKEY; GERO, 1997). A abordagem feminista requer não só uma crítica aguda de “fatos da ciência” estabelecidos, mas também a capacidade de criar explicações novas e convincentes, particularmente, uma vez que a observação crítica sobre a construção feminista do conhecimento tende a ser mais severa do que outras construções.

Arqueólogos parecem olhar para o feminismo como um empenho político, sem perceber que a produção do conhecimento científico é sempre política e histórica (BALME; BECK, 1993). O estudo do gênero gerou um subcampo dentro da arqueologia, uma vez que não parece ser útil para a maioria das perguntas que os arqueólogos querem perguntar. Ao mesmo tempo, estudos de gênero afirmam que a perspectiva de gênero pode fornecer uma reconstrução mais precisa do passado. Eles implicam que as situações em que o gênero era irrelevante foram equivocadamente analisadas porque se atribuiu gênero ao passado. Por esta razão, é necessário conciliar estudos de gênero e teoria feminista, e, assim, proporcionar um quadro estrutural, histórico para os estudos de gênero.

ATRIBUIR GÊNERO AO PASSADO?

A pesquisa sobre gênero mostrou que, apesar da ambiguidade do registro arqueológico e reivindicações da invisibilidade dos atores sociais, é possível encontrar mulheres no passado, e é importante identificar o gênero de atores sociais, a fim

de construir uma visão verídica do passado como uma correção para a pré-história, em grande parte androcêntrica, herdada por arqueólogos. É fato que o passado foi povoado por mulheres, homens e outros gêneros biológicos, pessoas que diferem uns dos outros de acordo com sua idade, etnia, facção, filiação em grupo, habilidades, obrigações, e assim por diante. Nós aprendemos que o gênero é visível sempre que se começa a considerá-lo (OYEWUMI, 1997, p. 31), apesar de sua irrelevância para a maioria das questões sob investigação. De fato, arqueólogos têm se perguntado sobre a utilidade e legitimidade do uso de categorias de gênero para entender o comportamento social no passado.

Um exemplo interessante de possíveis problemas relacionados ao uso de gênero como categoria analítica é o estudo das estatuetas de cerâmica. Estatuetas femininas encontradas numa variedade de sociedades agrárias foram tradicionalmente consideradas como representações de deusas ou objetos utilizados em ritos de fertilidade (CONKEY, 1989; EHRENBERG, 1989; ROOSEVELT, 1988). A razão para isso foi a recorrência de figuras exibindo barrigas protuberantes e seios. Durante a última década, no entanto, vários autores têm criticado essas suposições, explorando as estatuetas de uma maneira diferente. Primeiro, eles notaram a grande variabilidade entre as estatuetas, em termos de formas, tamanhos, técnicas de decoração, bem como o fato de que elas não eram todas femininas (BARSTOW, 1978). Leituras alternativas fornecem outras explicações para a sua utilização, incluindo brinquedos, objetos de cultos domésticos, e representações de indivíduos (BAILEY 1994; DEBOER, 1998). Além disso, os autores têm enfatizado a importância de olhar para o contexto em que figuras são encontrados antes de sugerir interpretações.

Embora a maioria das estatuetas sejam em geral femininas, também é comum encontrar figuras masculinas ou estatuetas sem representação do sexo biológico, às vezes interpretadas como um terceiro gênero. Mas e se as estatuetas não representam o gênero de indivíduos, mas outra coisa? Alguns autores já sugeriram que classificar estatuetas segundo os gêneros pode ter nos impedido de descobrir outras informações possíveis, tais como que aquelas estatuetas podem diferir umas das outras com base em idade (GVOZDOVER, 1989; MARCUS, 1998). As afirmações de Marcus ilustram bem como os nossos próprios sistemas de classificação (com base em nossas categorias ocidentais) influenciam nossa leitura do passado. Neste caso, usar gênero como base de diferenciação levaria a uma leitura muito diferente do passado do que usando outras categorias, tais como a idade. Vários autores têm, de fato, questionado a importância do gênero na organização de relações sociais. Por exemplo, Nelson *et al* (2002) criticam a suposição de que as hierarquias de gênero estão presentes em todas as sociedades-estado. Eles apontam para o caso do Estado Silla (península coreana - 57 a. C. a 668 d. C.), onde as hierarquias foram construídas principalmente com base na genealogia (castas) e idade. Acredita-se que a evidência abundante para a igualdade de gênero reflete o fato de que o princípio básico da organização foi o parentesco.

Em sociedades tribais ou tradicionais, gênero pode ser utilizado para organizar o trabalho ou ritual ou para estabelecer hierarquias. Mas quando o gênero não é usado como uma instituição social, quando ser homem ou mulher não é um pré-requisito para pertencer a grupos sociais exclusivos ou para o desenvolvimento de papéis sociais, gênero pode não existir. Ao investigar as sociedades tradicionais, qualquer opressão, falta de poder ou agência que percebemos a nível individual não pode ser avaliada em função do gênero, a menos que as relações sociais sejam enquadradas como tal.

Oyewumi, em “A Invenção das Mulheres” tenta demonstrar o gênero como um conceito ocidental foi utilizado para entender uma sociedade (o Yoruba), que não é em si organizada em torno de delimitações de gênero. Uma aparente contradição é o fato de que o casamento é poligâmico. No entanto, parece estranho para nós que uma sociedade que era altamente hierárquica tenha sido apresentada como livre de gênero e opressão. As sociedades Yoruba, bem como o sistema de castas na Índia, são exemplos de arranjos sociais hierárquicos entre faixas etárias ou grupos sociais, onde o bem-estar do grupo social e sua reprodução é o objetivo, não a auto-realização do indivíduo. Na sociedade ocidental, onde a liberdade e o individualismo devem ser a norma, tudo o que pode conspirar contra a igualdade é considerado pernicioso.

Dumont (1970) aponta que os seres humanos estão sempre valorizando e classificando coisas e as pessoas entre si. Sabe-se que nas chamadas sociedades igualitárias, há comumente castas ou grupos hierárquicos, mesmo na ausência da desigualdade econômica. Dumont acredita que nossos ideais de igualdade nos impedem de compreender hierarquias ao mesmo tempo em que criam outros tipos de desigualdade.

A fusão de igualdade e identidade tornou-se estabelecido ao nível do senso comum. Isso torna possível compreender uma consequência grave e inesperada do igualitarismo. Em um universo em que os homens são concebidos como não mais hierarquicamente classificados em várias espécies sociais ou culturais, mas como essencialmente iguais e idênticos, a diferença de natureza e status entre as comunidades às vezes é reafirmada de forma desastrosa: é então concebida como um processo de características somáticas - que é o racismo (DUMONT, 1970, p. 16).

Em outras palavras, em um estado democrático, as pessoas tendem a estabelecer relações hierárquicas baseadas em raça e gênero, que podem ser mais facilmente diluídas no sistema do que padrões de dominância/subordinação baseados em castas e idade.

Parece que a crítica feminista na arqueologia tem de ir além de criticar nosso próprio viés. Roberts (1993, p.18) afirma que o paradoxo do gênero é que ele não pode se dar ao luxo de desafiar os padrões. Para ela, a solução é incluir o gênero “dentro do domínio mais amplo da teoria social”, onde sua importância seria “minimizada e seu potencial apropriado”. Não considero que o gênero como uma categoria de análise deve ser abandonado ou descartado em alguns casos. No entanto, a ênfase excessiva do gênero como identidade individual deve ser abandonada em favor de mais abordagens sociais e históricas. O gênero como uma categoria de análise deve ser reformulada e investigada como um conceito culturalmente significativo que, em circunstâncias históricas, pode ser usado para justificar relações sociais hierárquicas. A dinâmica da cultura e os processos históricos constituem o meio onde o estudo do gênero pode encontrar seu lugar. Com base nas questões discutidas acima, vale a pena imaginar uma agenda para estudos feministas em arqueologia. Delineio abaixo algumas das questões e estratégias que considero importantes.

(1) Arqueólogos ainda vão querer mostrar que o passado foi povoado por mulheres, homens, crianças e outros gêneros, porque “quando o gênero não é explícito, é presumido” (CONKEY; WILLIAMS, 1991).

(2) Podemos mostrar que nossos arranjos sociais atuais (identidade de gênero e papéis de gênero) não são “naturais”, mas dependem de processos históricos e culturais. Não queremos colocar nossa compreensão do gênero como mais “evoluída”

do que outras pessoas, mas mostrar que temos muito a aprender com outras culturas. Especialmente, podemos querer pesquisar a existência de outros gêneros e diferentes entendimentos culturais e sociais para a homossexualidade, a fim de desconstruir feminino e masculino como categorias de gênero “naturais”.

(3) Poderíamos melhorar a visibilidade do gênero no registro arqueológico, desenvolvendo novas abordagens metodológicas.

(4) Podemos questionar nossos próprios pressupostos sobre gênero. Embora o viés seja inevitável e uma parte importante da interpretação (HODDER 1997), podemos ter algum controle sobre nosso próprio viés, pelo menos até o ponto de assumi-lo explicitamente. Como Roberts (1993, p. 16) apontou, “o objetivo final da incorporação do gênero na arqueologia é produzir relatos menos tendenciosos do passado”. Não devemos, portanto, substituir a tendência masculina pelo viés feminista.

(5) Finalmente, podemos investigar como a ideologia de gênero e as hierarquias de gênero são constituídas, como elas são manipuladas e como elas mudam ao longo do tempo. Uma perspectiva histórica oferece os melhores antecedentes em relação aos quais podemos avaliar as relações sociais, porque envolve processos e mudanças. A arqueologia, como disciplina que estuda processos de mudança cultural, é, de fato, adequada para esta missão.

IS THERE A NEED TO (UN)GENDER THE PAST?

Abstract: this paper is concerned with identifying and discussing how archaeologists may have engendered the past in unintended ways and produced versions of social relations that, in the course of searching for antagonistic gender relations, project our own (feminist) desires of equality, autonomy, and agency onto past societies. It is proposed that an adequate recognition of the different dimensions of gender may help us to differentiate cultural understandings of gender from the ideological use of gender categories to establish hierarchical social relations.

Keywords: Gender. Archaeology. Ideology Cultural Differences.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Ana Paula Schaan pela tradução do artigo do inglês para o português e a Lucas Pahl Schaan Núñez pela revisão. Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de produtividade em pesquisa.

Notas

- 1 Ver, por exemplo, Claassen e Joyce (1997), Crown (2000b), duCros e Smith (1993), Gilchrist (1999), Hays-Gilpin e Whitley (1998), Nelson e Rosen-Ayalon (2002), Sorensen (2000), Sweely (1999), RP Wright (1996).
- 2 Ver também Balme e Beck (1993).

Referências

BAILEY, D.W. Reading prehistoric figurines as individuals. *World Archaeology*, v. 25, n. 3, p. 321-31. 1994

BALME, J.; BECK, W. Archaeology and feminism - views on the origin of the division of labor. In: L. Smith (Ed.), *Women in Archaeology. A Feminist Critique*, Canberra, Australia: Department of Prehistory, Research School of Pacific Studies, v. 23, p. 61-74, 1993.

BARSTOW, A. The uses of archaeology for women's history: James Mellaart's Work on the Neolithic Goddess at Çatal Huyuk. *Feminist Studies*, v. 4, n. 3, p. 7-17, 1978.

BRUMBACH, HJ; JARVENPA, R. Woman the hunter: ethnoarchaeological lessons from Chipewyan Life-Cycle Dynamics. In: R. Joyce (Ed.), *Women in Prehistory*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997, p. 17-32.

BRUMFIEL, E. M. Weaving and cooking: women's production in Aztec Mexico. In: MW Conkey (Ed.), *Engendering archaeology: women and prehistory*. Cambridge: Blackwell. 1991, p. 224-51

BRUMFIEL, E. M. Distinguished lecture in archaeology: breaking and entering the ecosystem - gender, class and faction steal the show. *American Anthropologist*, v. 94, p. 551-67, 1992.

BRUMFIEL, E. M. Figurines and the Aztec State: testing the effectiveness of ideological domination. In: R. Wright (Ed.), *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996, p. 143-66.

CASELLA, E. C. Bulldaggers and gentle ladies: archaeological approaches to female homosexuality In: Convict-Era Australia. In: B. L. Voss (Ed.), *Archaeologies of Sexuality* London and New York: Routledge, 2000, p. 143-59.

CLAASSEN, C. Women's lives in prehistoric North America. In: R. Joyce (Ed.), *Women in Prehistory*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997, p. 65-87.

CLAASSEN, C.; JOYCE, R. *Women in prehistory. North American and Mesoamerica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1997.

CONKEY, M. W. The structural Analysis of paleolithic Art. In: Lamberg-Karlovski (Ed.), *Archaeological Thought in America*. Cambridge: Cambridge University Press. 1989, p. 135-54.

CONKEY, M. W. Making the connections: feminist theory and archaeologies of gender. In: L. Smith (Ed.), *Women in Archaeology: a Feminist Critique*. Canberra, Australia: Department of Prehistory, Research School of Pacific Studies, v. 23, p. 3-15, 1993.

CONKEY, M. W.; GERO, J. Programme to practice: gender and feminism in archaeology. *Annual Review of Anthropology*, v. 26, p. 411-37, 1997.

CONKEY, M. W.; SPECTOR, J. D. Archaeology and the study of gender. In: M. Schiffer (Ed.), *Advances in Archaeological Theory and Method* New York: Academic Press, v. 7, p. 1-38, 1984.

CONKEY, M. W.; WILLIAMS, S. H. Original narratives: the political economy of gender in archaeology. In: M. D. Leonardo (Ed.), *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era*. Berkeley: University of California, 1991, p. 102-39.

COSTIN, C. L. Exploring the Relationship between Gender and Craft in Complex Societies: Methodological and Theoretical Issues of Gender Attribution. In: R. Wright (Ed.), *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania

Press, 1996, p. 111-40.

CROWN, P. Gendered tasks, power, and prestige in the prehispanic southwest. In P. Crown (Ed.), *Women and Men in the Prehispanic Southwest. Labor, Power, and Prestige*. Santa Fe: School of American Research Press. 2000a p. 3-4.

CROWN, P. *Women and men in the prehispanic southwest. labor, power, and prestige*. Santa Fe: School of American Research Press, 2000b.

DEBOER, W. Figuring Figurines. The case of the Chachi, Ecuador. In: J. S. Raymond (Ed.), *Recent Advances in the Archaeology of Northern Andes*. Los Angeles: University of California, 1998.

DEREVENSKI, J. S. *Children and material culture*. London; New York: Routledge. 2000.

DESCOLA, P. The genres of gender: local models and global paradigms in the comparison of amazonia and melanesia, *gender in amazonia and melanesia: an exploration of the comparative method*. Berkeley, California: University of California Press. 2001

DUCROS, H.; SMITH, L. *Women in archaeology. a feminist critique*. Canberra, Australia: Department of Prehistory, Research School of Pacific Studies, 1993.

DUMONT, L. *Homo hierarchicus*. Chicago: Chicago University Press. 1970.

EHRENBERG, M. *Women in prehistory*. London: University of Oklahoma Press. 1989.

FISHER, W. H. Age-based genders among the Kayapo. In: D. F. Tuzin (Ed.), *Gender in Amazonia and Melanesia: an exploration of the comparative method*. Berkeley: University of California Press, 2001, p. 115-40.

GERO, J. Archaeological practice and gendered encounters with field data. In: R. Wright (Ed.), *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996, p. 251-80.

GERO, J. M. Gender bias in archaeology: here, then and now. In: S. V. Rosser (Ed.), *Feminism*. New York: Pergaman Press, 1988, p. 33-43.

GILCHRIST, R. *Gender and archaeology: contesting the past*. London; New York: Routledge. 1999.

GVOZDOVER, M. D. The Typology of Female Figurines of the Kostenki Paleolithic Culture. *Soviet Anthropology and Archaeology*, v. 27, n. 4: 32-94, 1989.

HAYS-GILPIN, K.; WHITLEY, D. S. *Reader in gender archaeology*. London; New York: Routledge, 1998.

HEGMON, M., ORTMAN, S. G.; MOBLEY-TANAKA, J. L. Women, men, and the organization of space. In: P. Crown (Ed.), *Women & Men in the Prehispanic Southwest*. Santa Fe: School of American Research Press, 2000, p. 43-90.

HENDON, J. Women's work, women's space, and women's status among the Classic Period Maya Elite of the Copan Valley, Honduras. In: R. Joyce (Ed.), *Women in Prehistory*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997, p. 33-46.

HODDER, I. Commentary: the gender screen. In: E. Scott (Ed.), *Invisible people and process: writing gender and childhood into european archaeology*. New York: Leicester University Press. 1997

137 HOLLIMON, S. E. The third gender in native California: Two-spirit undertakers among the Chumash and their neighbors. In: R. Joyce (Ed.), *Women in Prehistory*.

- Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1997.
- JOYCE, R. The construction of gender in Classic Maya monuments. In: R. Wright (Ed.), *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996, p. 167-198.
- JOYCE, R.; CLAASSEN, C. Women in the Ancient Americas: archaeologists, gender, and the making of prehistory. In: R. Joyce (Ed.), *Women in Prehistory*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997, p. 1-14.
- KENT, S. *Gender in African prehistory*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 1998.
- Marcus, J. Women's ritual in formative Oaxaca. *Memoirs of the University of Michigan. Museum of Anthropology*, v. 33. 1998.
- MOORE, J.; SCOTT, E. (Eds.). *Invisible people and process: writing gender and childhood into European archaeology*. New York: Leicester University Press. 1997.
- NELSON, M., GLOWACKI, D.; SMITH, A. The impact of women on household economies: a Maya case study. In: M. Rosen-Ayalon (Ed.), *In Pursuit of Gender. Worldwide Approaches*. New York: Altamira Press, 2002, p. 125-54.
- NELSON, S. M.; ROSEN-AYALON, M. *In pursuit of gender. worldwide approaches*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press. 2002.
- OYEWŪMÍ, O. *The invention of women : making an African Sense of western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997.
- ROBERTS, C. A Critical Approach to Gender as a Category of Analysis in Archaeology. In L. Smith (Ed.), *Women in Archaeology. A Feminist Critique*. Canberra, Australia: Department of Prehistory, Research School of Pacific Studies. The Australian National University, 1993, p. 16-21.
- ROMANOWICZ, J.; WRIGHT, R. Gendered perspectives in the classroom. In: R. Wright (Ed.), *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996, p. 199-223.
- ROOSEVELT, A. C. Interpreting certain female images in prehistoric art. In: V. E. Miller (Ed.), *The Role of Gender in Precolumbian Art and Architecture*. Chicago: University Press of America, 1988, p. 1-34.
- ROSCOE, W. *The Zuni Man-Woman*. Albuquerque: University of New Mexico Press. 1991.
- SASSAMAN, K. Lithic Technology and the Hunter-Gatherer Sexual Division of Labor. *North American Archaeologist*, v. 13, p. 249-262, 1992.
- SØRENSEN, M. L. S. *Gender archaeology*. Cambridge, UK/ Malden, MA: Polity Press/ Blackwell. 2000.
- SWEELY, T. L. *Manifesting power: gender and the interpretation of power in archaeology*. London; New York: Routledge. 1999.
- SZUTER, C. Gender and animals: hunting technology, ritual, and subsistence. In: P. Crown (Ed.), *Women and Men in the Prehispanic Southwest. Labor, Power, and Prestige*. Santa Fe: School of American Research Press, 2000, p. 197-220.
- WALLERSTEIN, I. Anthropology, sociology, and other dubious disciplines. *Current Anthropology*, v. 44, n. 4, p. 453-65, 2003.
- WRIGHT, R. Technology, gender, and class: worlds of difference in Ur III Meso-

potamia. In R. Wright (Ed.), *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996, p. 79-110.

WRIGHT, R. P. Introduction: Gendered Ways of Knowing in Archaeology. In R. Wright (Ed.), *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996, p. 1-22.

WYLIE, A. Gender theory and the archaeological record: why is there no archaeology of gender? In: M. W. Conkey (Ed.), *Engendering Archaeology: Women and Prehistory*. Oxford: Blackwell, 1991, p. 31-54.

WYLIE, A. Introduction: the complexity of gender bias. In: L. Smith (Ed.), *Women in Archaeology. A feminist critique*, Canberra, Australia: Department of Prehistory, Research School of Pacific Studies, v. 23, p. 53-60, 1993.